ACTA COMPORTAMENTALIA
Vol. 20, Núm. 2 pp. 185-199

B.F. Skinner e a modernidade: Notas a partir de uma comparação com M. Foucault[1]

(B.F. Skinner and modernity: Notes from a comparison with M. Foucault)

Eileen Pfeiffer Flores[*], Miguel Vieira Batista[**], Juliana Fagg[**] & Hugo Oliveira Figueiredo Cavalcanti[**]

[*] Universidade de Brasília [**]Centro Universitário de Brasília (Brasil)

(Received: January 24, 2011; Accepted: August 25, 2011)

Skinner e Foucault não são autores freqüentemente comparados. Isso não é surpreendente se levarmos em conta que, muitas vezes, teorizações dentro da própria psicologia são consideradas incomensuráveis (cf. Carrara, 2005, acerca, por exemplo, da possibilidade (ou não) de diálogos entre pensamento cognitivista e o behaviorismo radical). A dificuldade de aproximação é ainda mais evidente quando se trata do diálogo com autores de outras áreas. Foucault, embora tenha escrito bastante sobre a Psicologia, só falou "de dentro" da Psicologia por um breve período no início de sua carreira (Foucault, 2010b/1957; Foucault, 2000/1954; cf. Ferreira, 2009) (Posteriormente, a Psicologia aparecerá como objeto de suas análises acerca das condições de possibilidade das ciências humanas, e.g. Foucault, 2010b). Há, ainda, certo isolamento da Psicologia, e, particularmente, do behaviorismo radical e da análise do comportamento, em relação a autores provenientes de outras ciências humanas. No entanto, parece ser crescente a defesa da produtividade desse diálogo (eg. Blackman, 1991; Passos, 2006, entre outros) e este texto pretende contribuir nesse sentido, mostrando contrastes e aproximações nos pensamentos destes dois autores a partir de algumas características que têm sido considerados típicas do pensamento moderno (e.g. Gergen, 1992; Sarup, 1993; Woods, 1999), quais sejam (1) a construção de grandes sistemas ou "teorias do todo", (2) o historicismo, (3) a centralidade do Sujeito Autônomo e (4) a postulação de categorias universais, especificamente as categorias de "natureza humana" e "liberdade criativa". O objetivo deste trabalho não é aprofundar-se na discussão sobre se houve ou não uma ruptura efetiva com a modernidade ou se as tendências autodenominadas pós-modernas seriam apenas um aprofundamento ou desdobramento do moderno (para uma introdução a essa discussão, ver Leitão & Nicolaci-da-Costa, 2002). Além disso, não se pretende categorizar de forma absoluta o pensamento de Skinner como sendo ou não "moderno", e sim mostrar como ele se posiciona perante os pontos citados, comparando-o com o pensamento de Foucault.

A obra de Murray Sidman "Coerção e suas implicações" (1989/2003), enquanto produção dentro da tradição do Behaviorismo Radical, será brevemente citada para exemplificar alguns argumentos referentes

1) Endereço para correspondência: Departamento de Processos Psicológicos Básicos/Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília - Campus Universitário Darci Ribeiro; Brasília - DF; CEP: 70.910-900 - Telefone: (61) 3307-2625 R-507; FAX: (61) 3273-0203. E-mail eileen@unb.br. Os autores agradecem aos revisores anônimos e ao Editor-Associado pelas valiosas sugestões.

ao primeiro ponto (construção de grandes sistemas ou "teorias do todo"), e as posturas de Skinner e de Foucault serão contrastadas com as de Noam Chomsky para ilustrar argumentos do quarto ponto (categorias universais de Natureza Humana e Liberdade Criativa). Cada ponto será brevemente explicado antes de expor as posições de Foucault e de Skinner.

OS GRANDES SISTEMAS OU "TEORIAS DO TODO"

A ciência e a filosofia modernas apresentam "teorias do todo", grandes arcabouços filosóficos ou teóricos (como o Marxismo ou, na Psicologia, os grandes sistemas psicológicos). Os discursos denominados pós-modernos ou pós-estruturalistas, por sua vez, mostram-se geralmente céticos frente a esses gigantes teóricos e tendem a privilegiar o conhecimento local, contextualizado, as *petites histoires* (Lyotard, 1979/2006; Woods, 1999). O discurso moderno presume, ainda, que existem princípios universais que regem o mundo e que é possível fazer afirmações gerais que se aplicam a todo e qualquer contexto.

Foucault rejeita essa última possibilidade e considera que os conceitos criados em suas análises são circunscritos ao contexto específico considerado. Assim, resiste fortemente às afirmações generalizantes. Dois exemplos podem apoiar essa afirmação. Primeiramente, sua *História da Loucura na Idade Clássica* (Foucault, 2002a) realiza-se a partir de dois recortes: a hospitalização em meados do século XVII e a medicalização requerida por Pinel em fins do século XVIII. Leprosários e barcos de loucos são primeiro substituídos por hospitais, depois por manicômios. Com a troca dos locais de tratamento da loucura, modifica-se também a forma de tratamento. Mas, nessa questão, Foucault não busca uma simples investigação da história da psiquiatria nem apenas uma história do saber e da ciência. O que ele deseja é mostrar a historicidade (na Análise do Comportamento, dir-se-ia, o caráter contingencial) da própria razão. Dessa forma, não existe nenhuma história da razão ou da loucura, porém antes *uma história de formas alternadas e limitadas de racionalidade* (Wahldenfehls, 2000, grifo nosso). Um segundo exemplo é a história das prisões e das penalidades estudada por Foucault (1979/2006). Aqui, ele postulou um tipo específico de poder, que chamou de poder disciplinar. Trata-se de "métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade" (p. 139). Não cabe aqui detalhar esse conceito, mas o objetivo é mostrar que, embora a aplicação desse conceito não se limite às prisões e se estenda a outras instituições contemporâneas como a escola, o hospital e o manicômio, ele não é universal. Pelo contrário, Foucault mostra ao longo do trabalho que há uma descontinuidade histórica nas formas de controle, que o poder disciplinar é próprio da sociedade estatal – um poder capilar, individualizante, calcado nas práticas de vigilância constante e imprevisível. Mas, como esclarece Machado (1979), este conceito de poder disciplinar é

> resultado de investigações delimitadas, circunscritas, com objetos bem demarcados. Por isso, embora às vezes suas afirmações tenham uma ambição englobante, inclusive pelo tom muitas vezes provocativo e polêmico que as caracteriza, é importante não perder de vista que se trata de análises particularizadas, que não podem nem devem ser aplicadas indistintamente sobre novos objetos, fazendo-lhes assim assumir uma postura metodológica que lhes daria universalidade (p. xvi).

Veiga-Neto (2000) reforça essa idéia ao nos mostrar que, no pensamento de Foucault, não há lugar "*para certas palavras como "todos" e "sempre*". Nas raras vezes em que tais expressões e palavras aparecem, elas se referem a períodos históricos e espaços geográficos bem delimitados" (pp. 21-22, grifo acrescentado).

Sobre a posição de Skinner acerca da questão dos grandes sistemas teóricos, pode-se desdobrar a análise em dois aspectos. O primeiro refere-se à sua posição perante as propostas de construção de grandes sistemas teóricos. Nesse sentido, ao abordarmos o behaviorismo radical, como aponta Carrara (2005), esta-

mos abordando uma construção teórica sistemática composta por uma proposta epistemológica a partir da qual se criticam diversos aspectos fundamentais das produções da Psicologia. Desse sistema epistemológico resulta uma proposta metodológica para a investigação do comportamento. Skinner (e.g. 1953/2008) defende que a Psicologia deve ser substituída por uma nova ciência: a Ciência do Comportamento. Se tomarmos as quatro características dos grandes sistemas psicológicos propostas por Gergen (1992), todas se encontram no sistema compreendido pela Filosofia do Behaviorismo Radical e sua vertente empírica (análise do comportamento), quais sejam: um objeto de estudo definido, propriedades universais, método empírico e a noção de progresso na ciência (a ser discutida a seguir). Assim, neste ponto, Skinner e a tradição do behaviorismo radical inserem-se na tradição moderna dos grandes sistemas teóricos. No entanto, é preciso considerar um segundo aspecto, que em Skinner não se confunde com este primeiro: a defesa das análises generalizantes e aplicáveis a qualquer contexto. Por vezes, autores que procuram sintetizar características do pensamento moderno (e.g. Gergen, 1992); tendem a fundir os dois aspectos: grandes arcabouços teóricos e a defesa de afirmações universalizantes. No entanto, é justamente de dentro de seu sistema e a partir dele que Skinner critica as generalizações indevidas e propõe análises funcionais circunscritas. Skinner (1950) declara aversão, por exemplo, aos complexos arcabouços teóricos destinados a explicar a aprendizagem. Esclarece que, por "teoria", não entende "certas suposições básicas, essenciais a qualquer atividade científica" (Skinner, 1950, §1, tradução dos autores). Refere-se, sim, a "qualquer explicação de um fato observado que apele a eventos que acontecem em outro lugar, em algum outro nível de observação, descrito em termos diferentes e medido, caso o seja, usando-se outras dimensões" (Skinner, 1950, §1, tradução dos autores). Trata-se de teorias que fornecem pseudo-explicações que nos afastam da investigação do fenômeno concreto, fazendo com que usemos a teoria

> para nos dar respostas no lugar das respostas que poderíamos encontrar por meio do estudo continuado. Pode-se argumentar que o principal papel das teorias da aprendizagem até esta data tem sido, não a de sugerir a pesquisa apropriada, mas a de criar um falso senso de segurança, uma satisfação injustificada com o *status quo*" (Skinner, 1950, §5, tradução dos autores, itálico no original).

O contexto dessas citações é a crítica ao mentalismo, que foge aos objetivos deste texto (para uma análise histórica e conceitual desse aspecto central da obra de Skinner, ver Carvalho-Neto, 2001), mas o que se quer destacar aqui é que a alternativa proposta por Skinner às teorias que colocam construtos hipotéticos como supostas causas do comportamento é a análise funcional do caso particular e concreto. Nesse sentido, como Foucault, Skinner é avesso aos grandes arcabouços teóricos e propõe análises contextualizadas e circunscritas.

No entanto, a proposta de se limitar as análises aos contextos sob consideração nem sempre é seguida nos textos provenientes da tradição do behaviorismo radical. Um exemplo ilustrativo é a obra de Sidman (1989/2003) acerca do controle aversivo e suas conseqüências. Sidman (1989/2003), como Foucault (e.g. 1984c; 2006), trata de "formas de controle", especialmente formas de controle coercitivas. Propõe-se a descrever como funcionam várias formas de controle coercitivo, quais são suas conseqüências e como estas poderiam ser evitadas. Porém, diferentemente de Foucault, faz afirmações descontextualizadas e universalizantes. Afirma, por exemplo, que "Retaliação por meio de brutalidade, terrorismo, destruição de propriedade e assassinato, ainda que ética e legalmente condenada, *manteve-se comum por toda a história da humanidade até o seu presente*" (p.92, grifo acrescentado). Será que, por exemplo, o conceito de "terrorismo" como o concebemos hoje se aplica "a toda a história da humanidade até o presente"? Outro caso ilustrativo aparece quando Sidman afirma que "porque poder, recursos e prestígio são reforçadores potentes, as nações provavelmente *sempre* terão que manter forças militares para impedir aqueles que tomariam tudo para si mesmos" (p. 273, grifo acrescentado). Tais afirmações todo-abrangentes acerca do poder e da coerção contrastam com as análises cuidadosamente circunscritas de Foucault (2006) acerca do poder disciplinar, e contradizem a

filosofia do behaviorismo radical, cuja proposta teórico-metodológica aponta para análises funcionais concretas e historicamente contextualizadas (cf. Matos, 1990).

O HISTORICISMO

Como Foucault e Skinner se posicionam perante a idéia de progresso ou objetivo inerente à história? O pensamento historicista, que pode incluir a suposição de superioridade da cultura de hoje sobre culturas do passado ou a noção implícita ou explícita de progresso inerente à história, é uma marca do pensamento moderno (Sarup, 1993). Hegel costuma ser citado como um representante típico (e.g. Cahoone, 2003). Seu sistema considera toda a realidade como o desenvolvimento de um espírito (*Geist*) por meio de um processo dialético caracterizado por estágios rumo a um desenvolvimento máximo. Na história das ciências, essa crença apareceria na forma de uma fé no progresso constante da ciência e no acúmulo de conhecimento rumo a um aproximação cada vez maior à verdade, como no Positivismo de Comte.

Foucault (1979, 1984c) concebe as mudanças históricas sem buscá-las em um contexto exterior à própria história na qual os discursos se produzem. Ao analisar as ciências e suas transformações históricas, por exemplo, afirma que progressão na ciência não se caracteriza por um fluxo suave de desenvolvimento:

> A história efetiva se distingue daquela dos historiadores pelo fato de que ela não se apóia em nenhuma constância: nada no homem - nem mesmo seu corpo – é bastante fixo para compreender outros homens e se reconhecer neles (...) a história será "efetiva" na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser. (Foucault, 1979, p. 27)

A metáfora biológica de "maturação" da ciência é enganosa. Usando o campo da medicina como exemplo, Foucault mostra que até o fim do Século XVIII havia certo tipo de discurso que mudou muito repentinamente no Sec. XIX ao romper "não somente com as proposições "verdadeiras" que até então havia sido possível formular, mas também, de modo mais profundo, com as maneiras de falar e de ver todo o conjunto de práticas que haviam servido como suportes do conhecimento médico" (Foucault, 1984c, p. 54). Essas mudanças seriam repentinas e não seriam constituídas apenas de novas descobertas, ou sequer de transformações teóricas e novos "paradigmas" à maneira Kuhniana (Kuhn, 1969/2003, mas ver Rabinow, 1984, acerca de algumas marcantes similaridades entre Kuhn e Foucault). Mais do que novos paradigmas, tratar-se-ia de novos "regimes", e o trabalho do historiador seria analisar qual é o regime interno de poder que circula e como esse regime em certos momentos sofre grandes modificações. Foucault recusa uma análise histórica feita nos termos de campos simbólicos ou estruturas de significado: "A História não tem "significado", embora isso não signifique dizer que ela seja absurda ou incoerente" (Foucault, 1984c, p. 56, tradução nossa). Foucault rompeu tanto com a idéia de algum "significado" ou "meta" subjacente à história, quanto com a idéia de uma subjetividade ou humanidade subjacente ao processo histórico que garantiria uma suposta unidade ou um sentido ao processo (cf. Castro, 2004). Isso, no entanto, não significa que Foucault tenha sido um irracionalista, como às vezes foi acusado de ser. Segundo Rabinow (1984), a história, para ele, é inteligível, mas da mesma maneira como são inteligíveis o conflito, as estratégias, as táticas, e não no sentido de uma história linear, progressiva, unitária e totalizante de uma razão que se encaminharia para o ápice de sua realização (Castro, 2004).

A postura antiteleológica de Foucault perante a história é consistente e aparece em três momentos de seu trabalho (cf. Rabinow, 1984; Waldenfehls, 2000; Castro, 2004). Primeiramente por meio das *arqueologia*s, Foucault concebe a história por meio da análise das práticas discursivas. Analisa por exemplo as divisões e exclusões (exclusões físicas e também do que pode ser dito, quem e quando pode falar) que ocorreram a partir das sucessivas formas de separação entre razão e loucura (Foucault, 1972/2002a). Apon-

ta, ainda, as grandes rupturas e descontinuidades na episteme das ciências humanas (e.g. Foucault, 1999). Em um segundo momento, Foucault acopla à arqueologia a noção de *genealogia*, quando busca as relações entre as práticas discursivas e não discursivas e defende a indissociabilidade entre saber e poder. A essa fase pertence, por exemplo, sua célebre análise da história das práticas de punição (Foucault, 1975/2006). Finalmente, esses dois conceitos são englobados no conceito de "práticas", para incluir as práticas do sujeito consigo mesmo, como o "cuidado de si" (Foucault, 1984/2001a, 1984/2001b, 2002b). O que Foucault busca compreender são as *condições* de aparecimento de determinadas práticas discursivas e não-discursivas. Em entrevista dada em 1970 (Rouanet & Merquior, 2008), Foucault afirmou que havia se dado conta que era necessário considerar "não tanto o conteúdo da ciência como a sua própria existência" (p. 18), ou seja, além do problema do conteúdo e da organização formal da ciência, fazia-se necessário pesquisar "*as razões pelas quais a ciência existiu ou uma determinada ciência começou, num momento dado, a existir e assumir certo número de funções em nossa sociedade* (p. 19, grifo nosso).

Nota-se até aqui a possibilidade de uma aproximação com o pensamento de Skinner, em três pontos: a ausência de postulação de um sujeito transcendental ou uma consciência subjacente ao processo histórico; a busca, não de um significado subjacente, e sim das condições que tornaram necessário um determinado saber (das contingências, nos termos do behaviorismo radical); e a ausência de uma finalidade última (visão não-teleológica da história). Skinner (e.g. 1953/1998, 1981/2007, 1989) estende o raciocínio selecionista à compreensão da história e da cultura, assim se afastando de qualquer noção teleológica ou hegeliana.

Para Skinner (1981/2007), o comportamento deve ser entendido como produto de três níveis de seleção por conseqüências: o nível filogenético (seleção natural), o nível ontogenético (seleção pelas conseqüências de classes operantes durante a vida do indivíduo) e nível cultural (seleção de práticas culturais).

Os mecanismos de variação e seleção pelas conseqüências foram primeiramente reconhecidos na seleção natural, ou seja, no nível filogenético (acerca do caráter não-teleológico da idéia de seleção natural, ver Gould, 1996/2001). Skinner (1981/2007) estendeu o raciocínio selecionista ao entendimento do comportamento individual e ao das práticas culturais mais amplas. No nível ontogenético, o condicionamento operante permite que sejam selecionados e mantidos comportamentos que não foram selecionados no nível filogenético, suplementando e muitas vezes substituindo-os. Ao aplicar o modo selecionista de raciocínio ao entendimento do comportamento individual, a noção de "intencionalidade", ou seja, de objetivo ou meta pré-existente, torna-se incoerente, ou seja, postular uma "racionalidade" como causa do comportamento individual equivale a postular uma "racionalidade" como causa da evolução das espécies. Desta maneira, "uma vez reconhecido o processo de modelagem, o comportamento anteriormente atribuído a sentimentos e a estados de mente pode ser relacionado a fontes mais simples e mais prontamente identificáveis." (Skinner, 1989/2005b, p. 72). Essas fontes seriam, no caso, as contingências de reforçamento que levaram ao estabelecimento e à manutenção do comportamento.

Por sua vez, as práticas que contribuem para o sucesso de um grupo maior na resolução de seus problemas também são selecionadas, configurando-se um terceiro nível de seleção pelas conseqüências, o das práticas culturais. Estas passam a se perpetuar quando "contribuem para o sucesso de um grupo praticante em solucionar os seus problemas. É o efeito sobre o grupo e não as conseqüências reforçadoras para seus membros, o responsável pela evolução da cultura." (Skinner, 1981/2007, p. 132).

São centrais, portanto, os conceitos de variação e seleção, em que, na média, as variações que produzem conseqüências vantajosas naquele contexto têm mais chance de se repetirem (e esse contexto não é sempre estável). As mudanças não são comandadas por algum padrão subjacente e não há qualquer meta a ser atingida. Ao discutir os freqüentes mal-entendidos causados pela idéia de seleção, Skinner (1989/2005b) começa por um dos mais freqüentes, aquele que equipara a mudança a um "desenrolar" de um plano previamente definido, e argumenta que esse erro se manifesta em teorias referentes aos três níveis de seleção: as que equiparam desenvolvimento filogenético a um simples desdobrar rumo a um objetivo pré-estabelecido,

conforme a própria etimologia do termo "desenvolver" (desenrolar); as que conceituam o desenvolvimento ontogenético como um processo maturacional, que ocorreria em uma sequência fixa de estágios pré-definidos; e, finalmente, as que interpretam a história da humanidade como realização de um plano providencial:

> Evoluir em princípio significa desenrolar, como se desenrola um pergaminho; desenvolver antigamente significava desdobrar, como se desdobra uma carta. Ambas as palavras significam expor alguma coisa que estava encoberta. Já se sabia antes de Darwin, certamente, que as espécies haviam mudado, embora presumivelmente de acordo com um plano. Os psicólogos do desenvolvimento acompanham o desenrolar ou desdobrar do comportamento das crianças enquanto crescem. Uma criança pode ser "treinada", no sentido horticultural de ser guiada durante o crescimento, mas os fundamentos do que eventualmente aparece são de alguma forma predeterminados. Teóricos sociais tais como Hegel e Marx e alguns antropólogos argumentam que as culturas também evoluiriam através de uma ordem fixa de estágios (Skinner, 1989/2005b, p. 78).

Skinner (1989/2005) é contundente ao rechaçar as formas de raciocínio teleológico acima citadas: "Todos esses pontos de vista são essencialmente criacionistas." (p. 78). O raciocínio selecionista é, ao contrário, essencialmente antiteleológico, ou seja, contrário a qualquer idéia de padrão ou de progresso (acerca do afastamento de Skinner da noção moderna de evolução rumo ao progresso, cf. Abib, 1999).

Até aqui, portanto, encontra-se no pensamento de Skinner aproximação do pensar de Foucault, posto que ambos descartam explicitamente concepções teleológicas de história. Essa postura, no entanto, não é constante na produção de Skinner e nos escritos fundamentados no Behaviorismo Radical, pois uma das versões do historicismo é aquela que considera a história da ciência como uma história de crescente precisão e eficácia. De acordo com essa visão, por mais que haja percalços e eventuais retrocessos temporais, o movimento geral na história da ciência seria de crescimento e progresso. Acerca dessa questão, Skinner nem sempre é consistente: por um lado, mostra-se avesso à exaltação da ciência quando deixa claro que não é um "idólatra" ou "adorador da ciência". Afirma que a Análise do Comportamento teve início da maneira mais simples possível e que não cabe usar o "arsenal científico" como "vitrine". A matematização, por exemplo, seria um instrumento, jamais fim em si mesmo com a finalidade de dar-se ares de ciência (Skinner, 1974, p. 197). Há, no entanto, no aspecto prescritivo do pensamento ético skinneriano um modo de pensar historicista quando postula a missão salvadora da ciência e da razão e seu progresso cumulativo ao longo do tempo. Dittrich e Abib (2004) analisam esse aspecto e sugerem que Skinner não se limita a descrever, mas faz também prescrições e aponta para um ideal de sociedade. Para estes autores, embora Skinner seja descritivo quando propõe seu modelo de seleção pelas conseqüências, torna-se prescritivo quando coloca a sobrevivência das culturas como um bem supremo. Para alcançar esse bem, Skinner (2005d) defende o estudo científico do comportamento como caminho privilegiado e nos avisa sobre a urgência desse empreendimento:

> Apenas uma melhor compreensão do comportamento humano resolverá nossos problemas, e eu ainda acredito que isso significa melhor ciência e melhor tecnologia. Se ela se desenvolverá a tempo é a grande questão. Os que se sentem descontentes com as soluções científicas às vezes nos asseguram que haveremos de resolver nossos problemas de outras maneiras, quando estes forem suficientemente graves, quando as conseqüências imediatas já não forem reforçadoras e as remotas tiverem sido experimentadas. Mas isto tudo é inerente à superpopulação, à exaustão e á poluição do ambiente e à guerra nuclear que, conquanto possa ser "suficientemente má", é um ponto de não-retorno (p. 161)

O caráter historicista da conceituação de Skinner fica claro quando este prescreve a Ciência como único empreendimento a mostrar

> *um progresso acumulativo* (...) *Todos os cientistas, gigantes ou não, capacitam aqueles que os seguem a começar um pouco mais além*. (...) Escritores, artistas e filósofos contemporâneos não são apreciavelmente mais eficazes do que os da idade de ouro da Grécia, enquanto o estudante secundário médio entende muito mais a natureza do que o maior dos cientistas gregos (1953/1998, p. 11, grifo acrescentado).

Assim, embora a proposta selecionista de Skinner seja, por definição, antiteleológica, Skinner, diferentemente de Foucault, assume a metanarrativa ocidental moderna da supremacia da ciência e do progresso cumulativo do conhecimento.

O SUJEITO AUTÔNOMO

Um dos marcos do pensamento moderno é a idéia de um "Sujeito Autônomo", agente intelectual livre, cujos processos racionais não estariam limitados por circunstâncias sociais e históricas. Esse sujeito é o sujeito da consciência, da iniciativa. Abbagnano (2000) define esse sujeito como "o eu, o espírito ou a consciência", "princípio determinante do mundo do conhecimento ou da ação, ou ao menos como capacidade de iniciativa em tal mundo" (p. 929). Veiga-Neto (2003) argumenta que, desde o "Eu Pensante" de Descartes, em vários sistemas filosóficos, não é posto em questão, sendo considerado premissa. Kant, por exemplo, subordinou a possibilidade do conhecimento do mundo à existência de categorias *a priori*. Para responder ao ceticismo plantado por Hume, fez o que ele chamou de uma "Revolução Copernicana" e colocou o sujeito no "centro de gravidade". Como afirma Salatiel (sem data), "a partir daí, (os sistemas filosóficos) teriam que se regular pelo sujeito, que seria o depositário das formas do conhecimento. As leis não estariam nas coisas do mundo, mas no próprio homem; seriam faculdades espontâneas de sua natureza transcendental" (Salatiel, sem data., ¶14). Essa centralidade do sujeito fica clara na seguinte citação de Kant (1787/1996), do prefácio à segunda edição de sua Crítica da Razão Pura:

> Até agora se supôs que todo nosso conhecimento tinha que se regular pelos objetos; porém, todas as tentativas de mediante conceitos estabelecer algo a priori sobre os mesmos, através do que o nosso conhecimento seria ampliado, fracassaram sob esta pressuposição. Por isso, tente-se ver uma vez se não progredimos melhor nas tarefas da Metafísica admitindo que *os objetos têm que se regular pelo nosso conhecimento* (...) (p. 39, grifo nosso).

A crítica a esse sujeito, que chegou a ser chamado por Levi-Strauss de "a criança mimada da filosofia" (como citado em Sarup, 1993, p. 01), é uma das características marcantes da crítica à modernidade (Cahoone, 2003). No tocante a essa questão, Foucault, em toda sua obra, desnaturaliza o conceito moderno de sujeito. Em entrevista dada a Rouanet em 1970 (Rouanet & Merquior, 2008), Foucault afirmou que, apesar da proliferação de temas na filosofia moderna, um ponto em comum era que os temas eram estudados sempre em relação a um sujeito a uma consciência:

> O que havia de comum entre a filosofia de Hegel e de Sartre, e entre todas as tentativas de pensar a totalidade do concreto, é que todo esse pensamento se articulava em torno do problema: "Como é possível que tudo isso aconteça a uma consciência, a um ego, a uma liberdade, a uma existência?"

> Ou, inversamente, "Como é possível que o ego, a consciência, o sujeito ou a liberdade tenham emergido no mundo da história, da biologia, da sexualidade, do desejo?" (p. 28).

Foucault (e.g., 1966/1999, 1969/2010a, 1984a, 1984b), longe de tomar a noção de sujeito como ponto de partida, investiga como esse conceito foi construído historicamente. É famosa sua afirmação de que o "homem" foi inventado a partir do Sec. XVI, tendo se constituído enquanto objeto por meio das ciências sociais (Foucault, 1966/1999):

> Uma coisa em todo caso é certa: é que o homem não é o mais velho e nem o mais constante problema que se tenha colocado ao saber humano (...) O homem é uma invenção cuja recente data a arqueologia de nosso pensamento mostra facilmente. E talvez o fim próximo. Se estas disposições viessem a desaparecer tal como apareceram, se, por algum acontecimento de que podemos quando muito pressentir a possibilidade, mas de que no momento não conhecemos ainda nem a forma nem a promessa, se desvanecessem, como aconteceu, na curva do séc. XVIII, como solo do pensamento clássico – então se pode apostar que o homem se desvaneceria, como, na orla do mar, um rosto de areia (Foucault, 1966/1999, p. 536).

Embora seja muitas vezes lembrado como um analista do poder, Foucault (1995) afirma que o objetivo que subjaz a todo seu trabalho "não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise (e sim) criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos" (p. 231). Enfatiza, assim, que a noção de sujeito é historicamente circunstanciada e que estaria inclusive em vias de desaparecimento (Foucault, 1966/1999). Veiga-Neto (2005), ao analisar sua obra, resume bem o que foi dito até aqui:

> Em vez de aceitar que o sujeito é algo sempre dado, como uma entidade que preexiste ao mundo social, Foucault dedicou-se ao longo de sua obra a averiguar não apenas como se constituiu essa visão de sujeito que é própria da modernidade, como também, de que maneiras nós mesmos nos constituímos como sujeitos modernos, isso é, de que maneiras cada um de nós se torna essa entidade a que chamamos de sujeito moderno (p. 131).

É possível apontar semelhanças entre Foucault e Skinner no descentramento do sujeito e na ênfase nas circunstâncias que tornam possível essa ilusão moderna. Castro (2004, p. 349) descreve o pensamento de Foucault como "profundamente antipsicológico", posto que ataca o cerne da noção moderna de indivíduo autônomo portador de subjetividade privada, e o mesmo pode-se afirmar acerca de Skinner. Seu ataque à idéia de Sujeito Autônomo é uma constante (e.g. 1974, 1977/1971, 1998/1953, 2005a/1990). A permanência dessa noção na psicologia e em outras ciências sociais, para Skinner (1977/1971), tem relação direta com a busca de agentes causadores dentro do próprio objeto cuja ação se quer compreender. A "causação interna" é uma forma de raciocínio que já foi central em outras ciências: "(a física) continuou por muito tempo a (considerar os objetos) como se tivessem vontades, impulsos, sentimentos, objetivos e outros atributos fragmentários de um agente interno (Skinner, 1977/1971, p. 11). Mas a física e outras ciências se afastaram da prática de personificar os objetos, assim como de atribuir seu comportamento a essências, qualidades ou naturezas. Skinner (1977/1979) propôs que uma ciência do comportamento deveria seguir o mesmo caminho, "voltando-nos diretamente para as relações entre o comportamento e o ambiente" (p. 16).

Desta maneira, o Sujeito cuja razão seja livre dos processos históricos e culturais é dissolvido, pois a visão selecionista e contextualista de Skinner (discutida na seção anterior) concebe o comportamento como função das contingências às quais o indivíduo encontra-se exposto (e.g. Skinner, 1974, 1981/2007). Como

em Foucault, trata-se de um "sujeito" no sentido de "assujeitado", e não do Sujeito Cartesiano, fundamento e princípio do saber. Skinner (e.g. 1953/1998, 1971/1977, 1990, 1999/2005c) argumenta que, tradicionalmente, pensa-se que o que distinguiria o ser humano dos outros animais seria "(...) o campo da consciência ou da conscientização, que frequentemente se acusa a análise científica do comportamento de ignorar" (1971/1977, p. 149). Ao falar da "consciência", no entanto, Skinner não a coloca como fundamento, pelo contrário, o que chamamos de "consciência" é um produto construído na coletividade. A comunidade verbal gera 'consciência' quando ensina um indivíduo a descrever seu comportamento passado e presente e o comportamento que ele provavelmente irá exibir no futuro, e a identificar as variáveis das quais os três são função:

> A comunidade verbal se especializa em contingências autodescritivas. Faz perguntas tais como "que você fez ontem?" "O que está fazendo agora?" "O que fará amanhã?" "Por que fez isso?" "Você quer realmente fazer aquilo?" "O que você sente a respeito disso?" (...). E é porque se fazem tais perguntas que alguém responde a si mesmo e a seu comportamento de forma especial, que se denomina conhecer ou estar cônscio. Sem ajuda de uma comunidade verbal todo procedimento seria inconsciente. *A consciência é um produto social. Não só não é o campo especial do homem autônomo, mas se acha fora do alcance de um homem solitário.* (Skinner, 1971/1977, pp. 150-151, ênfase acrescentada).

Conhecer-me não é só saber como me comporto, mas também em que circunstâncias e com que conseqüências, e isso só é possível em sociedade. Assim, Skinner se afasta do conceito moderno de Sujeito Autônomo e mostra um "sujeito" produto de suas contingências: "Dizemos que agimos racionalmente quando somos capazes de mencionar razões para o nosso comportamento, mas a maior parte do nosso comportamento não é essencialmente racional. Contingências de seleção afetam o nosso comportamento, quer as reconheçamos ou não." (Skinner, 1999/2005a, p.50). Essas contingências, por sua vez são geradas dentro de um contexto histórico, produzidas pela sociedade e nunca dadas de antemão, em contraste com a noção moderna de uma razão essencializada. A "razão", se é que se pode falar nela, é construída na história do sujeito de maneira contingente, como função de sua história de reforço.

Outro aspecto marcante do Sujeito Autônomo (principalmente em sua versão racionalista) é o de ser "transparente para si mesmo", ou seja, o autoconhecimento é certo e serve como fundamento de todo outro conhecimento (o *Cogito* Cartesiano). Skinner (e.g. 1971/1977, 1974, 1989, 1998/1953) não assume o autoconhecimento como dado, pelo contrário, afirma que o autoconhecimento refere-se às discriminações aprendidas, ou seja, o indivíduo aprende a discriminar seus próprios comportamentos ao se expor às contingências. Comportar-se não implica automaticamente em saber relatar o próprio comportamento: "Responder a um estômago vazio obtendo ou ingerindo comida é uma coisa; saber que se está com fome é outra. Caminhar sobre um terreno acidentado é uma coisa; saber que se está fazendo isso é outra coisa" (Skinner, 1974, p. 30).

O autoconhecimento é, assim, um produto de uma relação social, na qual a comunidade modela com maior ou menor intensidade e eficiência os repertórios de autoconhecimento. Conhecer-se, portanto, não é dado ou garantido, pois depende das práticas da comunidade verbal: "O autoconhecimento é de origem social. Só quando o mundo privado de uma pessoa se torna importante para as demais é que ele se torna importante para ela própria" (Skinner, 1974, p. 31).

Mesmo quando os auto-relatos são modelados pela comunidade verbal, eles são, na maioria das vezes, bastante imprecisos, principalmente quando se referem a eventos privados:

> (...) o mundo privado dentro da pele não é claramente observado ou conhecido (...) Há um velho princípio segundo o qual nada é diferente enquanto não fizer diferença e, no que diz respeito aos

> acontecimentos do mundo dentro da pele, a comunidade verbal não foi capaz de tornar as coisas suficientemente diferentes. Daí resulta haver margem para a especulação, a qual tem mostrado, ao longo dos séculos, a mais extraordinária diversidade (Skinner, 1974, p. 31).

Skinner (1953/1998) critica a crença no sujeito como unidade coerente: "em uma mesma pele encontramos o homem de ação e o sonhador, o solitário e o de espírito social" (p.312). A idéia de *Eu* "(...) é simplesmente um artifício para representar um sistema de respostas funcionalmente unificado" (p.312). A mesma pessoa poderá apresentar sistemas organizados de respostas diferentes em situações diferentes, que poderão parecer incoerentes ao defensor de construtos referentes à "personalidade", mas que fazem sentido no quadro teórico-metodológico da análise funcional. O sujeito, para Skinner, não é "coerente" no sentido de sempre dizer o que faz e nem de sempre fazer o que diz. Opondo-se a várias vertentes mentalistas na Psicologia, como algumas versões da Psicologia Cognitiva (embora a visão ingênua do indivíduo que sempre sabe fazer e sabe dizer tenha sido contestada também dentro do próprio movimento cognitivista, por exemplo em Nisbett & Wilson, 1977), Skinner (1966/1969) buscou demonstrar que não seria correto falar em planos ou hipóteses "por trás" de todas as ações humanas:

> Hipóteses, declarações de políticas, etc., não devem ser inferidas em toda instância de comportamento. As pessoas agem sem fazer resoluções ou elaborar políticas (...). A conclusão a que um cientista chega ao final de um experimento não existia necessariamente como hipótese antes ou durante o experimento (p. 153).

Resumindo, o "sujeito" (se é que faz sentido usar o termo) proposto por Skinner não é o Sujeito Cartesiano Autônomo e fundamento do conhecimento, pelo contrário, ele é fruto de suas circunstâncias sociais e históricas, sendo a própria noção de Eu construída na relação com o outro (1953/1998) ou, em muitos casos, fruto de ilusões causadas pela linguagem (para uma discussão mais detalhada de alguns usos da palavra "Eu" na linguagem cotidiana e das ilusões causadas por aspectos gramaticais relacionados ao termo, ver Skinner, 1953/1998, 1971/1977, 1989/2005a; Ryle, 1949). O autoconhecimento não é dado e é muitas vezes escasso, embora possa receber muita ênfase e ser encorajada pela comunidade verbal em certos contextos histórico-culturais, como é o caso da Psicanálise e da *culture de moi* na literatura francesa (Skinner, 1953/1998). Essas práticas, por sinal, são o objeto de estudo detalhado de Foucault, especialmente em seus últimos trabalhos em que "a ênfase é dada, então, às formas de relação consigo, aos procedimentos e às técnicas pelas quais são elaboradas, aos exercícios pelos quais o próprio sujeito se dá como objeto a conhecer e às práticas que permitem transformar seu próprio modo de ser" (Foucault, 2001b/1984, p. 30).

AS CATEGORIAS UNIVERSAIS

O discurso moderno presume que existem princípios explicativos universais, absolutos. Em oposição, o discurso pós-moderno rechaça os conceitos universais, preferindo estudar o contexto de produção de cada discurso e relativizando a as afirmações da ciência. Para desenvolver este ponto, escolheu-se tratar de duas categorias universais muito debatidas na Psicologia: "Natureza Humana" e "Liberdade", mais especificamente, "Liberdade Criativa". Para ilustrar como Foucault e Skinner posicionam-se perante esses princípios explicativos, podem-se contrastar suas posições com a de um terceiro autor: Noam Chomsky. Chomsky é um bom representante de alguém cuja carreira, como resume Rabinow (1984) tem sido dedicada à descoberta dessas que seriam estruturas humanas universais: "Seu objetivo: uma teoria da mente matematicamente testável. Sua linhagem: o racionalismo cartesiano" (p. 3). De fato, Chomsky acredita que deve haver

> um conjunto de esquemas, princípios governadores inatos, que guiam nosso comportamento social, intelectual e individual... há algo dado biologicamente, imutável, uma fundação para o que quer que façamos com nossas capacidades intelectuais. (1971, citado em Rabinow, 1984, p.3).

Chomsky, em um debate travado com Foucault em 1971 sobre "Justiça versus Poder" (Elders, 1971), recorre à categoria universal de "natureza humana", sem a qual, segundo ele, um verdadeiro conhecimento científico não seria possível. Deixa claro que um de seus pressupostos é um conceito absoluto de natureza humana (mesmo admitindo que *ainda* não se tenha uma definição plena desta). Afirma que "um elemento fundamental da natureza humana é a necessidade por trabalho criativo, por investigações criativas, por criações livres sem os efeitos limitantes arbitrários de instituições coercitivas" (Parte 1, ¶ 1). Além de postular uma natureza humana, Chomsky a coloca como fundamento de uma sociedade ideal. Para ele, essa sociedade ideal seria aquela na qual "seres humanos não precisem ser forçados a uma posição de ferramentas, de engrenagens em uma máquina, na qual a necessidade criativa, que eu penso ser intrínseca à natureza humana, poderá, de fato, se realizar" (Parte 1, ¶2)

Ao exaltar a "natureza criativa" do ser humano, Chomsky parece mostrar-se simpático à tradição romântica, que, apesar de contrapor-se em certos aspectos à noção cartesiana de sujeito, por outro lado aprofunda a noção de Sujeito Autônomo ao enfatizar a individualidade, a originalidade e o "gênio criativo" (para uma exposição das contribuições do racionalismo e do romantismo na constituição do sujeito moderno, cf. Figueiredo, 2003).

Em uma manobra típica, Foucault não entra no mérito acerca da existência ou não da natureza humana, mas começa a questionar as próprias raízes desse conceito e a mostrar para Chomsky que esse termo não está fora de nossa cultura e que, portanto, é complicado utilizá-lo como fundamento tanto do raciocínio quanto de uma proposta ética. Foucault faz uma brincadeira quando pergunta a Chomsky, citando Mao Tse Tung, se ele estaria se referindo à natureza humana dos burgueses ou dos proletários. Aponta, assim, para a não neutralidade do termo que Chomsky toma como absoluto e pretende usar como fundamento de uma sociedade mais justa.

Assim como Foucault, e em contraste com o essencialismo de Chomsky, Skinner (e.g. 1953/1998, 2005a) descarta a noção de Natureza Humana. Idéias como aquela postulada por Chomsky, de necessidade (intrínseca) por trabalho criativo, foram caracterizadas por Skinner (1974) como ficções produzidas socialmente. Alguém mostrará ou não comportamentos criativos, não devido a alguma essência ou natureza, e sim caso comportamentos criativos sejam selecionados pelas contingências: "o conceito de seleção é mais uma vez a chave" (Skinner, 1974, p. 101). As contingências podem produzir sujeitos aos quais nomeamos "criativos" ou sujeitos que chamamos de "reprodutores". Enquanto atribuirmos a criatividade à "natureza humana", ao "gênio" ou aos "genes", não chegaremos mais perto de descobrir que circunstâncias que promovem atos que chamamos de criativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos pontos abordados no presente artigo, conclui-se que (1) com relação à construção de grandes sistemas ou "teorias do todo", podemos recorrer à distinção feita pelo filósofo americano Richard Rorty (1988, citado em Veiga-Neto, 2005, pp. 18-19) entre filósofos sistemáticos e filósofos edificantes (o termo edificar, aqui, é usado no sentido de "demonstrar por meio de bons exemplos"). Enquanto os filósofos sistemáticos seriam construtivos e ofereceriam argumentos, os filósofos edificantes seriam "reativos" e ofereceriam "sátiras, paródias e aforismos" e destruiriam "para o bem de sua própria geração". Foucault foi um filósofo edificante, na medida em que não teve pretensão de construir um sistema. Em entrevista concedida em 1975, afirmou: "Sou um pirotécnico. Fabrico alguma coisa que serve, finalmente, para um cerco, uma gue-

rra, uma destruição. Não sou a favor da destruição, mas sou a favor (...) de que se possa avançar, de que se possa fazer caírem os muros" (Pol-Droit, 2006, p. 69). Por outro lado, Skinner foi um pensador tipicamente sistemático. Construiu um sistema filosófico, o Behaviorismo Radical, e uma ciência empírica do comportamento humano derivada desse sistema filosófico, a Análise do Comportamento. No entanto, seu sistema não consiste em um edifício feito de conceitos acabados e sim em uma proposta conceitual para a análise funcional de fenômenos concretos e circunscritos. A construção de grandes sistemas filosóficos e teóricos é muitas vezes equiparada ao alinhamento automático a outros postulados do pensamento moderno, mas a discussão dos demais três pontos mostrou que isso não é necessariamente verdadeiro. De dentro e a partir do Behaviorismo Radical e da proposta de Análise do Comportamento, Skinner desconstruiu vários conceitos caros ao pensamento moderno e em vários aspectos seu pensamento se aproxima com o de Foucault, alguns dos quais foram discutidos aqui: (2) ambos os autores tecem severas críticas ao historicismo e mostram as contradições envolvidas no raciocínio teológico. Ambos enfatizam a compreensão das condições que permitem e sustentam determinadas práticas, inclusive as científicas. Nota-se, porém, uma contradição nesse sentido quando Skinner descreve a ciência como um processo cumulativo e progressivo e a prescreve como caminho privilegiado para a solução dos grandes problemas humanos. (3) Procurou-se mostrar que o pensamento dos dois autores converge fortemente em oposição ao postulado moderno Sujeito Cartesiano. Foucault e Skinner seguem caminhos diversos, coerentes com a posição anti-sistemática e sistemática de cada um, respectivamente: Foucault se debruça sobre as condições de aparecimento desse Sujeito Moderno, enquanto Skinner propõe um sistema para o estudo do comportamento humano fundado na desconstrução da ilusão desse Sujeito. (4) A partir das trajetórias particulares de cada autor, ambos atacam veementemente categorias absolutas e pseudo-explicativas do ser humano. Espera-se que o diálogo entre as duas linhas de pensamento, iniciada aqui, possa ser ampliada e que os pontos de divergência e convergência apontados possam ser aprofundados. Acredita-se que esse diálogo possa ser frutífero no contexto atual de crescente interesse dos analistas do comportamento por fenômenos relacionados às práticas culturais.

REFERÊNCIAS

Abbagnano, N. (2000). *Dicionário de Filosofia* (4a ed) (A. Bosi e I.C.Benedetti, , Trads). São Paulo: Martins Fontes.

Abib, J.A.D. (1999). Behaviorismo radical e discurso pós-moderno. *Psicologia: teoria e pesquisa, 15*(3), 237-247.

Blackman, D.E. (1991). B. F. Skinner and G. H. Mead: On biological science and social science. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, *55*(2), 251–265.

Cahoone, L. (Ed). (2003). *From Modernism to Postmodernism: An Anthology* (2nd ed.). Victoria: Blackwell.

Carrara, K. (2005). *Behaviorismo Radical: crítica e metacrítica* (2a ed.). São Paulo: UNESP.

Carvalho Neto, M. B. (2001). *B. F. Skinner e as explicações mentalistas para o comportamento: Uma análise histórico-conceitual (1931-1959).* Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Experimental, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Castro, E. (2004). *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores* (I.M.Xavier, Trad.). Belo Horizonte: Autêntica.

Dittrich, A., & Abib, J. A. D. (2004). O sistema ético skinneriano e conseqüências para a prática dos analistas do comportamento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, *17*(3), 427-433.

Elders, F. (Moderador) (1971). *Human nature: justice vs. power: Noam Chomsky debates with Michel Foucault*. Debate ocorrido na Escola Superior de Tecnologia de Eindhoven (Países-Baixos) em novembro de 1971. Transcrição recuperada 31 de dezembro de 2010 de http://www.chomsky.info/

debates/1971xxxx.htm. Citações em português recuperadas 31 de dezembro de 2010 de http://psicologiarg.blogspot.com/2008/03/debate-noam-chomsky-vs-michel-foucault.html

Ferreira, A.A.L. (2009). A psicanálise e a psicologia nos ditos e escritos de Michel Foucault. In N.M.F. Guareschi & S.M. Hüning (Orgs). *Foucault e a Psicologia* (pp.31-80). Porto Alegre: ediPUCRS.

Figueiredo, L.C.M., & Santi, P.L.R. (2003). *Psicologia: uma (nova) introdução* (2a ed.). São Paulo: EDUC.

Foucault, M. (1979). Nietzsche, a genealogia e a história. In R. Machado (Org.). *Microfísica do Poder* (14a ed.) (pp. 15-37). Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, M. (1984a). On the genealogy of Ethics: an overview of work in progress. In P. Rabinow (Ed.). *The Foucault Reader: An introduction to Foucault´s thought* (pp. 340-372). London: Penguin.

Foucault, M. (1984b). What is an author? In P. Rabinow (Ed.). *The Foucault Reader: An introduction to Foucault´s thought* (pp. 101-120). London: Penguin.

Foucault, M. (1984c). Truth and Power. In P. Rabinow (Ed.). *The Foucault Reader: An introduction to Foucault´s thought* (pp. 51-75). London: Penguin.

Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. In P. Rabinow & H. Dreyfus (Orgs.). *Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)* (pp. 231-249). Rio de Janeiro: Forense.

Foucault, M. (1999). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas* (8a ed.). (S.T. Muchail, Trad*.)*. São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1966).

Foucault, M. (2000). *Doença Mental e Psicologia* (6a ed.). (L.R.Shalders, Trad.). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. (Obra original publicada em 1954).

Foucault, M. (2001a). *História da Sexualidade: Vol. I. A vontade de saber* (14a ed.). (M.T.C. Albuquerque & J.A.G. Albuquerque, Trads.). São Paulo: Graal. (Obra original publicada em 1984).

Foucault, M. (2001b). *História da Sexualidade: Vol. II. O uso dos prazeres* (9a ed.). (M.T.C. Albuquerque, Trad.). São Paulo: Graal. (Obra original publicada em 1984).

Foucault, M. (2002a). *História da Loucura na Idade Clássica* (6a ed.). (J.T.C. Netto, Trad.). São Paulo: Perspectiva. (Obra original publicada em 1972).

Foucault, M. (2002b). *História da Sexualidade: Vol. III. O Cuidado de Sí.* (7a ed.). (M.T.C. Albuquerque, Trad.). São Paulo: Graal. (Obra original publicada em 1984).

Foucault, M. (2006). *Vigiar e Punir* (31a ed.). (R. Ramalhete, Trad.). Petrópolis: Vozes. (Obra original publicada em 1975).

Foucault, M. (2010a). *A arqueologia do saber* (7a ed.). (L.F.B. Neves, Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Obra original publicada em 1969).

Foucault, M. (2010b). A Psicologia de 1850 a 1950. In M.B. da Motta (Org.). *Ditos e escritos I: Michel Foucault (Problematização do sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise)* (3a ed., pp. 133-161). (V.L.A.. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Obra original publicada em 1957).

Gergen, K.J.. (1991). *The saturated self: Dilemmas of identity in contemporary life* (2nd. ed.). New York: Basic Books.

Gould, S.J. (2001). *Lance de dados: A idéia de evolução de Platão a Darwin* (S.M. Rego, Trad.). Rio de Janeiro: Record. (Obra original publicada em 1996).

Kant, I. (1996). *Crítica da razão pura (*V. Rohden & U.B. Mossburger, Trads*.)*. (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural. (Obra original publicada em 1787).

Kuhn, Thomas S. (2003). *A Estrutura das Revoluções Científicas* (7a ed.) São Paulo: Perspectiva. (Obra original publicada em 1969).

Leitão, C. F., & Nicolaci-da-Costa, A.M. (2003). A Psicologia no novo contexto mundial. *Estudos de Psicologia (Natal), 8*(3), 421-430. Recuperado 28 de dezembro de 2010 de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413- 294X2003000300009&lng=en&nrm=iso.

Lyotard, J.F. (2006). *La Condición Postmoderna: Informe sobre El Saber*. Madrid: Catedra.

Machado, R. (1979). Introdução: por uma genealogia do poder. In R. Machado (Org.). *Microfísica do Poder* (14a. ed., pp. vii-xxiii). Rio de Janeiro: Graal.

Matos, M. A. (1990). Controle Experimental e controle estatístico: a filosofia do caso único na pesquisa comportamental. *Ciência e Cultura, 42*(8), 585-592.

Nisbett, R.E., & Wilson, T.D. (1977). Telling more than we can know: Verbal reports on mental processes. *Psychological Review*, *84*, 231-259.

Passos, M.L. (2004). *Bloomfield e Skinner: lingua e comportamento verbal*. Rio de Janeiro: Nau.

Pol-Droit, R. (2006). *Michel Foucault: entrevistas.* (V. Portocarrero & G.G. Carneiro Trads.). São Paulo: Graal.

Rabinow, P. (1984). Introduction. In P. Rabinow (Org.). *The Foucault Reader: an introduction to Foucault's thought* (pp. 3-29). London: Penguin.

Rouanet, S.P., & Merquior, J.G. (2008). Entrevista com Michel Foucault. In S.P. Rouanet (Org.). O *Homem e o Discurso (A Arqueologia de Michel Foucault)* (3a. ed.) (pp.17-42). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Ryle, G. (1949). *The concept of Mind.* London: Hutchinson.

Salatiel, J. R. (sem data). *Kant e a "Revolução Copernicana": A Resposta ao Problema do Conhecimento.* Recuperado 13 de janeiro de 2010 de http://educacao.uol.com.br/filosofia/kant-a-revolucao-copernicana.jhtm.

Sarup, M. (1993). *An Introductory Guide to Post-structuralism and Post-modernism*. Georgia: University of Georgia Press.

Sidman, M. (2003). *Coerção e Suas Implicações.* (M. A. Andery & T. M. Sério, Trads.). Campinas: Editorial Livro Pleno. (Obra original publicada em 1989).

Skinner, B. F. (1990). Can psychology be a science of mind? *American Psychologist*, *45*, 1206-1210.

Skinner, B.F. (1950). Are theories of learning really necessary? *Psychological Review*, *57*, 193-216. Recuperado 29 de dezembro de 2010 de http://psychclassics.yorku.ca/Skinner/Theories

Skinner, B.F. (1969). An operant analysis of problem solving. In Skinner, B.F. (Org.): *Contingencies of reinforcement: a theoretical analysis* (pp. 133-157). New York: Appleton-Century-rofts (Original publicado em 1966).

Skinner, B.F. (1974*). Sobre o Behaviorismo* (M.P. Villalobos, Trad.). São Paulo: Editora Cultrix.

Skinner, B.F. (1977). *O Mito da Liberdade*. (L. Goulart & M.L.F. Goulart, Trads.). Rio de Janeiro: Edições Bloch. (Obra original publicada em 1971).

Skinner, B.F. (1998). *Ciência e Comportamento Humano* (J.C.. Todorov & R. Azzi, Trads.) São Paulo, Martins Fontes. (Obra original publicado em 1953).

Skinner, B.F. (2005a). O Eu Iniciador. In B.F. Skinner (Org.). *Questões Recentes na Análise Comportamental* (5a. ed., pp. 43-52). (A.L. Neri, Trad.). São Paulo: Papirus. (Obra original publicada em 1989).

Skinner, B.F. (2005b). Genes e comportamento. In B.F. Skinner (Org.). *Questões Recentes na Análise Comportamental* (5a. ed., pp. 71-80). (A.L. Neri, Trad.). São Paulo: Papirus. (Obra original publicada em 1989).

Skinner, B.F. (2005c). As origens do pensamento cognitivo. In B.F. Skinner (Org.). *Questões Recentes na Análise Comportamental* (5a. ed., pp. 25-42). (A.L. Neri, Trad.). São Paulo: Papirus. (Obra original publicada em 1989).

Skinner, B.F. (2005d). O que terá acontecido com a psicologia como ciência do comportamento? In B.F. Skinner (Org.). *Questões Recentes na Análise Comportamental* (5a. ed, pp. 83-100). (A.L. Neri, Trad.). São Paulo: Papirus. (Obra original publicada em 1989).

Skinner, B.F. (2007). Seleção por conseqüências. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 9*(1), 129-137. [Tradução de Skinner, B.F. (1981). Selection by consequences. *Science, 213*, 501-504].

Veiga-Neto, A. (2005). *Foucault e a Educação* (2a ed.). Belo Horizonte: Autêntica.

Waldenfelhs, B. (2000). Michel Foucault: saída do pensamento. In M. Fleischer (Org.). *História da filosofia: Filósofos do século XX* (pp. 241-256). São Leopoldo: Unisinos.

Woods, T. (1999). *Beginning Postmodernism*. Manchester: Manchester University Press.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discutir como B.F. Skinner se posiciona perante algumas categorias epistemológicas modernas, a partir de uma comparação com o pensamento de Michel Foucault. Foram analisadas as posições de Skinner em relação a quatro pontos características do pensamento moderno, comparando-as com as de Foucault. (1) Quanto à construção de grandes sistemas ou "teorias do todo", aponta-se como principal divergência entre os autores o caráter sistemático do pensamento de Skinner, em oposição à postura anti-sistemática de Foucault. Argumenta-se que, no entanto, a construção de grandes sistemas teóricos não leva necessariamente à aceitação de afirmações universalizantes nem ao alinhamento com outros postulados modernos. Skinner e Foucault produzem críticas radicais (2) ao historicismo (embora seja apontada uma contradição quando Skinner postula o progresso cumulativo da razão ao longo do tempo), (3) ao Sujeito Autônomo, e (4) à postulação de categorias universais relacionadas à noção de "natureza humana". Aponta-se o caráter complementar das críticas dos autores analisados e sugere-se a continuidade do diálogo entre as duas linhas de pensamento.

Palavras-chave: B.F. Skinner, Michel Foucault, modernidade, behaviorismo radical.

ABSTRACT

The purpose of this study is to discuss where the work of BF Skinner stands on several categories of modern philosophical and epistemological thought, on the basis of a comparison with the thought of Michel Foucault. We analyze the positions of Skinner on four points characteristic of modern thought and compare them with those of Foucault: (1) the construction of theoretical systems or "theories of everything": here Skinner is described as a systematic thinker, creator of an important philosophical system (Radical Behaviorism) and its empirical branch, behavior analysis, while Foucault is described as anti-systematic. However, it is argued that the systematic nature of Skinner´s theorizing does not automatically lead to the acceptance of unfounded generalizations, which he clearly rejected and which are incompatible with the fundamental principle of functional analysis. We also argue that the construction of theoretical systems, although characteristic of modernism, does not automatically lead to alignment with other postulates of modern thought. (2) Skinner, from inside his system, and Foucault, who actively avoided the construction of grand theoretical edifices, both presented radical criticisms of historicism, the latter in favor of circumscribed analyses and the former in favor of selectionist thinking, although Skinner´s writings are contradictory when he approaches the history of science. (3) Both vehemently criticized the modern notion of Autonomous Subject as well as (4) universal categories such as "human nature" or "creative liberty". It is argued that the arguments of the two authors are different but complementary. Continued dialogue between the two lines of thought is suggested.

Keywords: B. F. Skinner, Michel Foucault, modernity, radical behaviorism.